

O HORIZONTE DA GRAÇA NA DIMENSÃO PRESBITERAL: UM OLHAR DESDE A TEOLOGIA PATRÍSTICA

THE HORIZON OF GRACE IN THE PRIESTLY DIMENSION: A LOOK FROM PATRISTIC THEOLOGY

WILLIAM AMARAL NUNES *

Presbítero da Arquidiocese de Pelotas. Bacharel em Teologia pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: williamnunes@gmail.com

CÉSAR AUGUSTO COSTA*

Professor nos cursos de Teologia e Filosofia da Universidade Católica de Pelotas.

Resumo: O centro deste artigo é abordar o horizonte da Graça na dimensão presbiteral à luz da Teologia Patrística. Temos em conta que o tema sobre a Graça foi se desenvolvendo à medida de sua compreensão com o agir de Deus na criação e na história. No entanto, com o advento da encarnação e o surgimento da Igreja, as elaborações teológicas sobre a graça divina, foram ganhando cada vez mais lugar na Teologia. E entre as muitas divergências teológicas sobre a questão da graça, ofereceremos uma visão de padres da Igreja, no combate às heresias que punham em questão o papel da graça.

Palavras-chave: *Dimensão presbiteral. Graça. Teologia Patrística.*

Abstract: The focus of this article is to approach the horizon of Grace in the priestly dimension in the light of Patristic Theology. We take into account that the theme of Grace has developed as it has been understood in relation to God's action in creation and history. However, with the advent of the Incarnation and the emergence of the Church, theological elaborations on divine grace were gaining more and more ground in theology. And among the many theological divergences on the question of grace, we will offer a vision of the Church fathers, in the fight against heresies that questioned the role of grace.

Key-words: *Priestly dimension. Grace. Patristic theology.*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ideia geral deste ensaio, é abordar o horizonte da Graça na dimensão presbiteral à luz da Teologia Patrística. Temos em conta, que o tema sobre a Graça, foi se desenvolvendo à medida de sua compreensão com o agir de Deus na criação e na história. No entanto, com o advento da encarnação e o surgimento da Igreja, as elaborações teológicas sobre a graça divina, foram ganhando cada vez mais lugar na Teologia.

E entre as muitas divergências teológicas sobre a questão da graça, ofereceremos uma visão dos concílios da Igreja, no combate às heresias que punham em questão o papel da graça. Dessa maneira, veremos as vias pelas quais o doutor da graça contrapõe a questão pelagiana, que negava o pecado original e a graça divina.

Segundo Bingemer e Feller (2003), a graça que nas Escrituras aparece de maneira seminal, o que possibilitou seu florescimento e desenvolvimento ao longo da evolução da Teologia. Assim, ao longo dos tempos, os tratados sobre a graça, não deixaram de ocupar um importante lugar nas discussões teológicas. Neste artigo, percorreremos esse caminho trilhado pela tradição patrística.

Consequentemente, nosso intuito aqui é apresentar brevemente algumas elaborações teológicas, que foram surgindo após a era apostólica. Iniciaremos pela patrística e suas duas vertentes, no oriente, a compreensão da graça como divinização do homem, em São Gregório de Nissa. No ocidente, com a genialidade de Santo Agostinho e seu tratado sobre a graça. Na sequência, vislumbraremos as interlocuções de São Gregório Magno em sua *Regra Pastoral* e São João Crisóstomo na obra *Sobre o sacerdócio*. Ao final, iremos expor as considerações finais sobre a dinâmica da graça na vida presbiteral.

2 SÃO GREGÓRIO DE NISSA: GRAÇA NA PATRÍSTICA DO ORIENTE

Entre os Padres do oriente, destacou-se a figura do Capadócio Gregório de Nissa, irmão de São Basílio Magno, viveu entre os anos 330 a 395 d.C, grande leitor de Platão e Orígenes, condenou aquilo que chamou, de esterilidade da Filosofia pagã, mas defende seu uso a serviço da Teologia.

Assim como outros padres do oriente, o capadócio, compreende a graça divina a partir da imagem de Deus no Homem, o que lhe outorga a condição de "Ícone de Deus". Imagem aqui deve ser concebida como impressão.

São Gregório foi um dos mais influentes padres do oriente, de espírito ascético, abraçou a vida monástica a exemplo de seus irmãos, mas foi nos últimos anos de sua vida que ele produziu algumas de suas obras teológicas mais importantes, por exemplo, "A criação do Homem", obra composta entre os anos 378-79, une conceitos da filosofia platônica com a teologia cristã.

A obra do capadócio traz importantes definições de cunho antropológico, sobre o lugar do homem na criação, seu destino glorioso até a união na Trindade. A graça aqui é compreendida na elaboração teológica de Gregório, como divinização do homem, "Gregório de Nissa, entende que a imagem é selo divino impresso na inteligência, que obscurecida pelo pecado, volta ao seu esplendor pela redenção. É o espírito concreto inteligente e livre, capaz de Deus" (BINGEMER; FELLER, 2003, p. 89).

Gregório de Nissa coloca o homem numa ordem superior à das demais criaturas. Antes é preciso compreender que o mundo criado para o capadócio é algo que teve seu começo e que se

encaminha para um fim. O princípio desse cosmos é a própria palavra criadora de Deus. Dessa forma, toda criação visível procede de um princípio inteligível.

Aqui é perceptível a junção de duas fontes presentes na teologia do niceno, a Escritura e a filosofia platônica. Segundo Silva (2013, p.39) "A $\theta\epsilon\omega\pi\iota\alpha$ gregoriana distingue por um lado o "ser", criador, imutável e eterno; e por outro lado os "seres", criaturas, mutáveis e temporais".

Dessa maneira o ser humano, embora esteja num plano visível da criação, é mais que apenas um ser vivo. Aqui podemos compreender a ação da graça divina no homem como ser espiritual, criado à imagem e semelhança de Deus, o que o põe acima das demais criaturas. A alma racional do homem denota sua semelhança com Deus, essa característica lhe confere identidade como ser inteligível, uma vez que, "Deus é de natureza totalmente inteligível, o único ente dotado de eternidade e imutabilidade" (SILVA, 2013, p. 40).

Como vimos é a alma inteligível, o princípio de identidade do homem como imagem e semelhança de Deus. A compreensão de homem do niceno é a mesma que a do apóstolo Paulo, que considera o homem uma estrutura complexa: alma, espírito e corpo. E por isso, na ordem da criação, foi o último a ser criado, pois deveria segundo a presciência divina, reinar sobre todos os demais seres.

Assim [Deus] constrói a nossa natureza como alguma coisa adaptada ao exercício da realeza. Pela superioridade que vem da alma, pela forma mesma do corpo, ele dispõe as coisas de tal sorte que o homem seja apto ao poder régio. De fato, esta característica régia que o eleva acima das condições privadas, a alma espontaneamente o manifesta, por sua autonomia e sua independência e pelo fato de que, em sua conduta, ela é soberana de seu próprio querer (GREGÓRIO, 2011, p. 28).

Para Gregório, o fato de a alma humana ser dotada de inteligência o faz participante mais direto da vida divina pela imagem e semelhança. Deus dotou o homem com características divinas, a graça, se dá nessa medida antropológica. Embora a teologia do capadócio tenha tido muita influência do pensamento helenístico, há algo de muito próprio no niceno.

A questão sobre a morte e ressurreição como abordada em sua obra sobre a criação do homem, nos põe diante da visão do fim escatológico do homem, sua configuração com o criador, não pelos méritos próprios do homem, mas pela ação da graça divina na alma humana. O homem uma vez renascido nas águas do batismo agora caminha em direção ao seu fim, que tem como estágio final a união em Deus, assim afirma Gregório de Nissa, sobre esse movimento da alma humana:

A alma, portanto, quando se torna simples, uniforme e exatamente semelhante a Deus, encontra aquele Bem que é verdadeiramente simples e imaterial, o único bem que é verdadeiramente digno de ser amado e desejado; ela se junta a ele e se mistura intimamente com ele pelo movimento e pela ação do amor, modelando sua própria forma segundo o que ela atinge e encontra a cada instante; ela torna-se, pela semelhança ao bem, isto justamente que é a natureza mesma do ser ao qual ela participa; e como nele não há desejo visto que não lhe falta absolutamente nenhum bem, deve ser lógico que a alma também, tendo chegado a esse estado onde a necessidade não existe, rejeita para longe de si todos os movimentos e as atitudes baseadas na concupiscência, que podem subsistir somente quando falta aquilo que se deseja (GREGÓRIO, 2011, p.102).

Dessa maneira podemos perceber a compreensão que o capadócio tem sobre a maneira como a graça age no homem desde sua criação até a união com Deus o sumo Bem. Deus cria o homem a sua imagem e semelhança dotado de alma e espírito, que o distingue dos demais seres criados, e o coloca no topo da natureza criada. O pecado, porém, torna turva a imagem divina, selada na inteligência humana, que só voltará ao seu resplendor, pela ação redentora de Jesus Cristo, que ao encarnar-se, dá ao homem a condição de filho de Deus.

Não obstante, o homem caminha para união com Deus, onde livre de toda concupiscência, gozará plenamente da vida de Deus, será como Ele, por participação, numa união amorosa, que o fará rejeitar todo e qualquer bem inferior, que não o próprio Deus.

É importante salientar que esse movimento de participação da vida do homem na Trindade é iniciativa da própria graça divina, o homem só consegue chegar a essa união com Deus, pois o próprio Senhor busca o homem e o faz capaz de si. Essa divinização do homem é fruto da encarnação, da fé e de uma vida sacramental. É Deus que suscita e dá as condições para que o homem se realize plenamente.

Após versarmos sobre uma das muitas visões sobre a graça, que a rica tradição dos Padres orientais nos legou, vamos agora para outra grande doutrina sobre a graça divina, mais precisamente aquela desenvolvida pelo bispo de Hipona Santo Agostinho, e sua teologia da graça, formulada a partir da oposição ao pecado.

3 SANTO AGOSTINHO E A OPOSIÇÃO ENTRE PECADO E GRAÇA

Por volta do ano de 412, o bispo de Hipona, Santo Agostinho dedicou-se a redação de uma obra teológica que pudesse dar conta de explicar algumas questões emergentes no campo da Teologia de sua época, como o batismo adminis-

trado às crianças, pecado e graça. A obra sobre a Graça nasceu para responder aos anseios de um tribuno romano de nome Flávio Marcelino, que buscava algumas respostas para questões pertinentes sobre a santificação do homem e sua salvação.

Na abertura da obra dirigida ao tribuno, o doutor da Graça, fala sobre a impossibilidade de o homem viver sem pecado, a não ser pelos méritos de Nosso Senhor, mediador verdadeiro entre Deus e os homens. Conclui Santo Agostinho (1999, p. 20): "Podemos assim concluir que não devemos negar a possibilidade de o homem viver sem pecado pelo fato de não existir ser humano algum em que isso tenha acontecido, a não ser aquele que não é somente homem, mas é também Deus por natureza".

Daqui por diante, o tratado da graça se desenvolverá como uma série de escritos que buscam apresentar questões ligadas à ação da graça divina no homem, pecado original, liberdade e outros temas serão propostos. As refutações a heresia pelagiana, com sua negação do pecado original e da necessidade da graça para a salvação.

A teologia da graça agostiniana, tem como pano de fundo, além das escrituras, uma certa influência da metafísica neoplatônica, que serviu de base para tantos outros pensadores cristãos de seu tempo.

A metafísica neoplatônica deu-lhe o sentido de participação dos nossos atos livres na bondade divina. A doutrina bíblica sobre Deus deu-lhe o sentido da onipotência e soberania de Deus sobre a vida e a vontade dos seres humanos. A experiência de sua conversão intelectual e moral deu-lhe o sentido da soteriologia paulina: conversão e salvação não como resultado do esforço próprio, mas como obra gratuita de Deus (BINGEMER; FELLER, 2003, p. 91).

Se como vimos anteriormente na patrística oriental a graça era vista como divinização do

homem, com o Santo Agostinho, há uma virada antropológica, a graça será trabalhada a partir da sua relação com a justificação do homem.

Para compreendermos, portanto, como se dá essa relação, teremos de ir ao cerne da questão sobre o pecado original, pois é o ponto de partida para a teologia da graça agostiniana. Se no oriente, os Padres seguiam uma linha joanina da graça como divinização, com Agostinho, a teologia paulina prevalecerá.

A visão agostiniana, sobre o pecado original, dá-se na medida em que esse é desumanização, desfiguração da imagem de Deus no homem, sendo assim, não basta apenas uma divinização para o homem, mas antes de tornar-se novamente divino, o homem precisa recuperar a condição de criatura, que lhe foi tirada pelo pecado. Por isso, o homem que no princípio foi criado sem nenhuma mácula ou vício, precisa agora, sanar essas debilidades, pois como descendente de Adão carrega em si essa mácula.

O vício, no entanto, que cobre de trevas e enfraquece os bens naturais, a ponto de necessitar de iluminação e de cura, não foi perpetrado pelo seu Criador, ao qual não cabe culpa alguma. Sua fonte é o pecado original que foi cometido por livre vontade do homem. Por isso, a natureza sujeita ao castigo atrai com justiça a condenação (AGOSTINHO, 1999, p. 74).

Desta forma, o homem decaído no pecado, tornou-se escravo perdendo a liberdade. Junto a isso perdeu a justiça natural e a capacidade de buscar sempre o bem. Sendo assim, a liberdade humana tornou-se limitada no que diz respeito a sua capacidade de amar a Deus e agir bem.

Segundo Bingemer e Feller: "Por outro lado, para insistir na redenção, há também uma insistência no pecado. Daí o *hamartiocentrismo* (*hamartia* = pecado), tão próprio da teologia ocidental, fortemente influenciada pela doutrina agostiniana" (2003, p. 91).

Esse acento no pecado humano fará com que Agostinho dê ênfase na ação da graça de Deus, na criação do ser humano, em sua redenção. Nessa relação, Deus terá sempre a iniciativa, é ele quem dá o primeiro passo e chama o ser humano, dando-lhe a liberdade para aderir ou não a si.

Duas características são importantes para compreender a ação da graça em Agostinho, a primeira, é sua relação antropológica e a segunda pecado original, ou seja, a graça é vista como oposta ao pecado humano, nela um ser humano antes do pecado, em oposição ao pecado, que quer compreender-se a partir da graça divina.

Mas poderíamos nos perguntar, como então o homem se torna justo? A resposta para isto está na encarnação do verbo e na redenção trazida por Jesus Cristo, filho de Deus. É a partir da Epístola aos Romanos que o doutor da graça desenvolverá toda a sua teologia sobre a graça divina.

sendo que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus: Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé (Rm 3,23-25).

Em Jesus Cristo, pelo seu sangue todo homem é gratuitamente justificado, o próprio Santo Agostinho afirma que, sem a graça não se pode ser salvo. Essa não é dada ao homem por mérito próprio, mas de forma gratuita. O que lhe dá o caráter de graça. Sem ela não é possível ao homem ser libertado das amarras do pecado. Assim, todo aquele que não recebeu o "banho da regeneração" não pode alcançar a salvação, pois leva consigo o pecado, seja o herdado de Adão ou aqueles adquiridos pelos maus hábitos, como afirma a própria Epístola aos Romanos.

Para o doutor da graça, se o homem fosse punido na medida em que merece, por seus pecados, isso seria no mínimo justo, mas somente

um é capaz de redimir o homem, aquele a quem Deus enviou ao mundo para salvar os pecadores, Jesus Cristo. A misericórdia nesse ponto, também é uma ação gratuita de Deus para com o homem.

Como vimos o homem decaído no pecado, embora merecedor dos castigos que são próprios de seu pecado, encontra diante de Deus misericórdia, expressa em sua ação graciosa, revelada em Cristo Jesus. A vida na graça começa por aquilo que Agostinho e os padres desse período chamam de “banho da regeneração”, ou seja, o batismo.

A graça não anula a liberdade, mas consolida, da mesma forma que a lei fortalece a fé, a liberdade não é anulada pela graça.

Desse modo, assim como a lei não é abolida, mas é fortalecida pela fé, visto que a fé implora a graça, pela qual se cumpre a lei, assim a liberdade não é anulada pela graça, mas consolidada, já que a graça cura a vontade pela qual se amam livremente a justiça (AGOSTINHO, 1999, p. 54).

A liberdade é própria da vontade, pois não é papel da razão humana aceitar ou rejeitar o bem, mas cabe à vontade fazê-lo. Desta maneira, vontade e razão, embora sendo características do espírito humano, desempenham funções diferentes, enquanto uma diz respeito ao conhecimento, a outra se dirige à escolha. Assim afirmam Pirateli e Melo (2011): “Pensando dessa forma, colocou a liberdade como essência da vontade racional, o que faz com que o Homem também tenha parcela nos méritos ao praticar o bem”.

Quanto à graça de Cristo, que ao tornar justo o homem ferido pelo pecado devolve a ele a liberdade, expressa-se no amor ao bem e a busca pela justiça. A justificação nesse caso é o agir divino que torna o pecador, em homens de boa vontade. A ação justificadora de Cristo devolve ao homem aquele gozo em praticar o bem e a justiça, afastando-se de todo o orgulho e a ação

egoísta sendo inflamado pela caridade, dom próprio do amor livre dado a ele por Deus.

Portanto, isso dá ao ser humano, a possibilidade de, por atos livres da vontade e iluminado pela graça, cooperar na sua salvação. A justificação é dom do Espírito expresso pela caridade. Portanto, para Agostinho é o batismo que regenera o crente e o faz membro de Cristo e da igreja, transformando-o em templo do Espírito Santo. Afirmo o doutor da graça.

A fé consiste propriamente na relação de dois homens. Pelo primeiro fomos feitos escravos do pecado, pelo segundo somos resgatados do pecado; por um, fomos precipitados na morte; pelo outro somos libertados para a vida; aquele nos levou à perdição fazendo sua vontade, e não a daquele que o criou; este nos salvou fazendo não a sua, mas a vontade daquele que o enviou (Jo 4,34; 5,30). Portanto, na relação destes dois homens consiste na fé cristã. Um é Deus e o único mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus (1Tm 2,5). Porque não há sob o céu outro nome dado aos homens pelo qual devemos ser salvos (At 4,12), e dele Deus fez o centro da fé para todos, ressuscitando-o dos mortos (At 17,31) (AGOSTINHO, 1999, p. 176).

Uma vez justificado, o homem necessita do auxílio da chamada graça atual, a fim de perseverar na obra de justiça. É essa graça que possibilita o homem buscar o bem e subjugar a carne, no entanto, uma vez justificado não recobra os dons preternaturais. Por isso, é dependente da graça divina para não recair no mal, é ela quem auxilia o homem a vencer suas más inclinações, a isso, dá-se o nome de graça eficaz, pois por ela o homem persevera sem que lhe seja suprimida a liberdade.

Se pudéssemos apresentar em linhas gerais a teologia da graça do bispo de Hipona, diríamos

que ela acontece em alguns momentos em um grau de ordem crescente. O ser humano decaído no pecado de Adão é incapaz de amar o Bem e a justiça, predados divinos. No entanto, Deus não cessa de atrair o homem para si, e por isso, envia seu filho ao mundo, para fazer justos a todos, isso devolve ao ser humano a capacidade perdida de amar o bem e a justiça e buscá-los.

Quanto ao livre-arbítrio da vontade, esse, embora afetado pelo pecado original, tem dificuldade de escolher o bem, no entanto, há na alma humana uma centelha da caridade divina, que por hora está ofuscada pela sombra do pecado.

O ato de fé, feito pelo homem é importante para sua salvação, dessa forma ele coopera com a graça de Deus, para sua salvação e conversão.

É pelo batismo que todo pecador, uma vez crendo, é regenerado tornando-se membro do corpo de Cristo e da igreja. É nessa relação, que tem caráter constante na justiça e na caridade, que o pecador encontra a graça da justificação.

Dessa forma, a justificação deve ser compreendida como graça criada do Espírito de Deus, expressa na virtude da caridade, assim, são indissociáveis um do outro. É ela quem liberta das amarras do pecado o livre arbítrio da vontade, sanando toda má inclinação. Porém, para viver na santidade e na justiça o homem, uma vez justificado, precisa do constante auxílio da graça atual, para vencer o pecado e as inclinações na carne.

Isso quer dizer, que mesmo justificado, o homem está sujeito a concupiscência, daí a necessidade da perseverança na fé e nas boas obras. Tendo sido justificado e cooperando com a graça divina o ser humano, torna-se merecedor da vida eterna. É importante salientar, que a graça, não é fruto das nossas obras, mas é dom de Deus, que nós devemos pedir e esperar. Ela age para além de nós e apesar de nós. Assim diz Bingemer e Feller, "Por isso, ninguém merece a graça. Ninguém tem direito sobre ela; ela não nos é devida. Se o fosse, não seria gratuita" (2003, p. 94).

Quanto à predestinação, essa é dom gratuito, foi Deus quem a decretou desde toda a eternidade, aqueles a quem ele quis. Neste caminho, o

homem justificado é aquele que persevera até o fim, pois Deus o escolheu entre todas as criaturas para esse fim.

Agostinho não nega a vontade salvífica universal de Deus, mas interpreta muito rigorosamente o ensino de 1 Tm 2,3s, sublinhando dessa forma a eficácia da graça e sua gratuidade absoluta. [...] Ele percebeu o sentido profundo do pecado, da miséria do ser humano sem Cristo, de sua impotência e repugnância para o bem. É somente pela operação divina, no mais íntimo do ser humano, que este tem acesso à liberdade, à vida da caridade (BINGEMER; FELLER, 2003, p. 95).

Em linhas gerais, essa é uma pequena síntese da Teologia da Graça, deste padre ocidental, bispo de Hipona, que diferentemente da visão oriental da graça como cristocentrismo cósmico, oferece uma antropologia da graça, como oposição ao pecado.

Agostinho, enfrentou em seu tempo uma das mais terríveis heresias relacionadas à graça divina, a chamada controvérsia pelagiana, nascida das ideias propagadas pelo monge Pelágio, que afirmava que não há necessidade ao homem de um auxílio interior da parte de Deus, para que esse possa bem cumprir a vontade divina.

Foi o concílio de Cartago, em 418, que pôs fim na controvérsia pelagiana, merecendo destaque, o empenho agostiniano de combater tal heresia. Brevemente gostaríamos de apresentar aspectos centrais desta heresia e a forma como magistralmente o doutor da graça combateu tais argumentos.

Primeiro, é preciso compreender que para Pelágio não existe uma operação divina no interior da vontade humana. Isso acontece porque ele negava o pecado original, e nesse caso, Deus apenas completaria o poder humano através de auxílios externos. Sobre esse tema afirma Bingemer e Feller:

Esse auxílio externo se constituiu de: exemplo de Cristo, sacramentos do batismo, da penitência e da eucaristia, ensinamentos e doutrina cristã. Ele nos ajuda à medida que desvela os olhos do nosso coração, enquanto nos propõe as recompensas futuras para evitar que nos seduzam os prazeres da vida presente e conforme nos mostra as ciladas do demônio. Portanto, Pelágio rejeita a graça como auxílio interior, porque para ele a liberdade não está enfraquecida e debilitada pelo pecado (BINGEMER; FELLER, 2003, p. 97).

Além disso, Pelágio se esquece da fragilidade humana e o sentido que ela tem na obra de redenção. Falta na doutrina pelagiana a humildade cristã, com a qual o homem, reconhecendo-se pecador, conta com a graça divina para auxiliá-lo no caminho do bem. Para o herege o auxílio divino é dispensável, pois o homem tem dentro de si forças suficientes para manter-se no caminho da justiça.

A doutrina pelagiana pode ser caracterizada pelo individualismo auto suficiente, que conta com as próprias forças para chegar ao progresso absoluto, e a presunção de controlar a própria mente humana, baseado na moral, no legalismo e no rigorismo ritualístico.

A resposta de Cartago à heresia pelagiana é a interioridade da graça, ou seja, a graça da justificação é um auxílio, não só enquanto redime do pecado, mas também, enquanto auxilia a não mais pecar. Em segundo, a graça de Cristo nos dá o conhecimento do bem e nos ajuda a evitar o mal, fazendo com que amemos e exerçamos o bem.

A justificação é que nos torna capazes do cumprimento dos mandamentos da lei de Deus, sem a graça divina, até o mais santo dos homens é insuficiente nos esforços para evitar o pecado.

A verdade é que essas afirmações têm por base a doutrina agostiniana da graça, como já explicitada por nós no decorrer deste capítulo. Assim, foi de suma importância, o tratado teo-

lógico da graça divina, mas também uma série de outros discursos e escritos que combateram veementemente a heresia pelagiana.

Não é nosso objetivo aprofundar as discussões sobre o tema, apenas oferecer uma breve apreciação do que foi a heresia pelagiana e a maneira com que o doutor da graça conseguiu influenciar os padres conciliares na condenação da mesma.

A seguir trataremos sobre a *Regra Pastoral* de São Gregório Magno e de São João Crisóstomo o tratado *Sobre o Sacerdócio*, o que nos ajudará a refletir sobre as implicações da graça na vida pastoral e presbiteral.

4 SÃO GREGÓRIO MAGNO: A GRAÇA A PARTIR DA REGRA PASTORAL

São Gregório Magno, foi um grande Padre da Igreja do ocidente, que compôs em seu tempo um Tratado sobre a vida do presbítero. Poderíamos nos perguntar, o que tem isso a ver com a teologia da graça em si? A resposta é simples, o presbítero é chamado a ser um canal da graça de Deus, seu fiel dispenseiro. É ele quem, através dos sacramentos, sinais visíveis da graça invisível, leva os homens a trilhar o caminho do bem.

Iremos nos debruçar aqui, sobre alguns aspectos apresentados por São Gregório Magno, em sua obra intitulada *Regra Pastoral*. A obra apresenta um modelo a ser seguido por aqueles que na Igreja, foram chamados a ser pastores. Sua atividade, suas obras e tudo aquilo que envolve o agir pastoral dos presbíteros.

Gregório nasceu em família cristã romana por volta do ano 540, desde tenra idade mostrou grande capacidade intelectual. Não é certo, mas alguns biógrafos afirmam que ele teria sido um retórico e estudado direito romano. Por volta do ano 574, e após ter sido prefeito de Roma, Gregório decidiu retirar-se como monge, fundando na casa de seus pais um mosteiro. Em 590 foi eleito pontífice tendo governado a Igreja por quatorze

anos. Uma de suas mais notáveis obras é a *Regra Pastoral*, que trata da vida e da missão dos pastores.

Passaremos agora a caracterizar o conteúdo dessa obra e sua relação com o agir da graça na vida presbiteral. Isso nos ajudará a compreender melhor o tema de nosso próximo capítulo. Gregório Magno coloca o acento de sua obra sobre a vida do presbítero em seu papel de cura de almas. É bom salientar que na época de Gregório, o sacerdócio passava por uma grande crise moral e espiritual.

A *Regra Pastoral* expressa a grande preocupação de Gregório Magno com a vida e com os ministérios dos pastores e a condução das ovelhas a quem são destinados. A primeira preocupação deste grande Padre da Igreja foi deixar claro, a quem o ministério pastoral deve ser confiado. Ele ressalta que avarentos, orgulhosos, soberbos e outros tipos de temperamentos, não deveriam existir naqueles que assumem o ministério pastoral, mas também, se preocupa com aqueles que, entregando-se de maneira exacerbada às atividades do ministério, descuidam da saúde do espírito.

A virtude da humildade deve ser a característica fundamental para aquele que almeja o ministério.

Há também alguns que aprofundam, com muita atenção, os ensinamentos do Espírito, mas depois pisoteiam, com a própria conduta de vida, o que conseguem compreender com a inteligência; e ei-los facilmente ensinando o que aprenderam com o estudo, mas não com a prática. O que pregam com as suas palavras, contradizem com as suas ações. Assim acontece que, quando um pastor caminha por despenhadeiros, o rebanho o segue até o precipício. Por isso, o Senhor se lamenta da desprezível ciência dos Pastores, dizendo por meio do profeta: Enquanto vós bebeis água limpa, turvais o resto com os vossos pés e as minhas ove-

lhas se nutriam de quanto háveis pisoteado com os vossos pés e bebiam a água que os vossos pés haviam turvado (GREGÓRIO MAGNO, 2010, p. 23).

Esta é uma das preocupações, do grande Padre da Igreja: que os pastores não sejam apenas homens da letra, mas que tenham a alma cheia do Espírito para alinhar, fé e vida, na condução do rebanho. Isso está entre preocupações do escritor da *Regra Pastoral*, que as ações do presbítero estejam alinhadas com a dignidade daquela missão que receberam. "Ninguém causa maior dano à Igreja do que aquele que, tendo um título e uma posição que comportam santidade, vive uma vida corrupta" (2010, p. 23).

A usurpação do ministério, que segundo Gregório é dom gratuito, não deve ser usado para alcançar cargos ou funções elevadas, mas pelo contrário, deve ser um caminho de humildade e conformidade com a vontade de Deus e a graça recebida. Uma vez que, o próprio Senhor Jesus, sendo Deus e mediador dos homens, não quis sobre a Terra usurpar de sua condição para receber as honrarias deste mundo.

Frente a isso, podemos dizer que o autor da *Regra Pastoral*, quer demonstrar a dignidade do ministério dos pastores e a grande responsabilidade que aqueles, que por graça e misericórdia receberam essa missão, devem desempenhar, segundo o exemplo daquele que é fonte do ministério sacerdotal, Jesus Cristo.

Dessa maneira, as virtudes necessárias para a personalidade do presbítero, são aquelas que se opõem à ganância, à presunção e outras da mesma ordem. Segundo Tutas,

contrárias às virtudes que devem caracterizar a personalidade do presbítero, colocam-se a inveja e a ambição, temas que retornam tanto no pensamento de Crisóstomo como no de Gregório Magno. Ambos observam que os critérios inspiradores para a eleição são vários e visam mais aos interesses

do que às virtudes da alma (TUTAS, 2015, p. 514).

Por isso, Gregório se preocupa em desaconselhar a assumir o ministério aqueles que não possuem a virtude da humildade, mas com ganância desejam fazer de sua posição uma escada para cargos mais elevados. A discussão sobre os vícios a serem evitados ou sanados naqueles que querem abraçar o ministério será vasta. Oferecemos aqui algumas das principais questões levantadas por este Santo Padre. Passaremos agora, aquelas virtudes necessárias para bem exercer esse ministério.

O capítulo X da *Regra Pastoral* começa com a seguinte pergunta, "Quem deve assumir o governo das almas?". A resposta será de imediato que este está reservado para aqueles que mortificam a carne e vivem no Espírito. Que não buscam as vantagens deste mundo, que são fortes na tribulação e almejam o crescimento interior.

Gregório oferece uma lista de virtudes a serem trabalhadas na vida daqueles que foram chamados, por graça, e não mérito para o exercício do ministério pastoral.

Uma inata bondade o inclina a perdoar, mas não transige o que é justo, sendo mais indulgente do que convém. Nada comete de ilícito, mas deplora como próprio o mal cometido pelos outros. Compadece-se pela fraqueza dos outros, com todo o afeto do seu coração, e se alegra com o bem do próximo, assim como se alegra com o seu. Tudo o que ele faz é, para os outros, um exemplo atraente, de modo que não tem de que se envergonhar diante deles, nem mesmo de fatos passados (GREGÓRIO, 2010, p. 29).

O que o autor deseja é lembrar que aqueles que são escolhidos e chamados por Deus, devem viver uma vida condigna com a sublimida-

de de sua vocação. Uma vez que, o presbítero, é aquele que, entre Deus e os homens, intercede e pede as graças necessárias para si e para seu povo, é capaz "de irrigar com as águas de um belo ensinamento, os corações sedentos de sentido" (2010, p. 29). Nesse papel de intercessor, Gregório demonstra que o pastor é aquele que conta com a graça divina. Pois, de caso contrário, não obteria do próprio Deus os favores necessários.

Outra característica importante daqueles que pastoreiam, é o dom do discernimento. Isso recai, sobre a maneira de como corrigem, e como usam de ternura para com o seu rebanho. Gregório diz, que muitas vezes, é necessário ao pastor fechar os olhos com prudência aos vícios dos seus fiéis, mas nunca faltar com a devida caridade e diligência em corrigir os vícios e as más inclinações.

Por isso, nunca deve deixar de usar sua autoridade discreta para intervir e fazer voltar ao bom caminho aquela ovelha que se desviou. A graça da vocação presbiteral está expressa na sua configuração a Cristo, na medida em que Nele estão presentes os mesmos sentimentos que havia em Nosso Senhor. Por isso, afirma Tutas ao sintetizar o conteúdo da *Regra Pastoral*, colocando o acento na paternidade espiritual da cura de almas.

Todavia, a beleza da alma do presbítero resplandece no cultivo do carisma da paternidade espiritual. Os sacerdotes são a causa do renascimento espiritual de todos os batizados que se tornam filhos de Deus. A eles foi entregue não somente a geração espiritual, mas também a cura das almas, por eles serem médicos de almas por excelência (cf. Tg. 5,14-15). Essa responsabilidade exige do presbítero um alto grau de vida espiritual que supera a todos pelos quais ele é mediador e intercessor (TUTAS, 2015, p. 525).

Sendo assim, o que podemos compreender a partir da *Regra Pastoral* é que o dom da vocação é graça imerecida dada aos homens por Deus através de Jesus Cristo, sumo e eterno sacerdote, mediador entre Deus e os homens. Cabe àqueles, chamados a este ministério, o dever buscar configurar-se a Cristo, pastor e cabeça que se oferece por todos.

O presbítero é o homem de virtudes a serem pedidas e buscadas diariamente. Há nesse movimento uma relação profunda com os auxílios da graça atual, sabemos que o sacramento da ordem imprime caráter indelével na alma daquele que o recebe. No entanto, o que São Gregório quer lembrar aos ministros é que embora a graça supere todos os esforços humanos, é necessário pedir a graça atual para alcançar as virtudes necessárias para condução do povo de Deus. Ou seja, a humildade, a benignidade, a autoridade discreta, a sabedoria necessária, a caridade paciente e as demais virtudes.

No próximo capítulo aprofundaremos a atualidade do conteúdo trazido pela *Regra Pastoral* e que influenciou muitos documentos referentes à atividade e à dignidade dos presbíteros, homens chamados a ser fiéis dispensadores dos mistérios divinos na administração dos sacramentos, que como nos lembra a Santa Igreja, são sinais visíveis da graça invisível.

5 SÃO JOÃO CRISÓSTOMO: A GRAÇA NA OBRA SOBRE O SACERDÓCIO

Um importante padre da igreja oriental, que merece destaque, é São João Crisóstomo, nascido em Antioquia da Síria. Pregador e escritor, estudou Filosofia e Retórica, vindo mais tarde a retirar-se para uma vida mística no deserto, onde estudou as Escrituras, sendo forçado a retornar à cidade, após uma enfermidade. Ordenado presbítero e mais tarde, bispo de Constantinopla, re-

cebeu a alcunha de Crisóstomo, que em Grego significa “boca de ouro”.

Devido a sua grande eloquência e o profundo conteúdo místico e teológico de suas obras, entre elas, está a *Sobre o Sacerdócio*, onde o venerável bispo escreve sobre a graça do ministério sacerdotal e a maneira como deve comportar-se um presbítero da igreja.

Segundo Tutas (2015, p. 504), a obra *Sobre o Sacerdócio* de São João Crisóstomo, “situa a figura do grande pastor no seu mundo oriental, sua época, seu contexto histórico, cultural e religioso, que foi marcado por profundas transformações”.

A obra de Crisóstomo é uma grande contribuição histórica sobre o ambiente eclesial e a relação com a honra do sacerdócio. Nela o grande pastor faz um apanhado de ricos ensinamentos sobre a graça do ministério sacerdotal. Bem como, estabelece os requisitos a serem encontrados naqueles que desejam abraçar o presbiterato.

O fascinante testemunho de João Crisóstomo, considerado “o maior pregador cristão da história”, como grande pastor e orador desperta a convicção de que, hoje, voltar aos Padres da Igreja, significa encontrar novas luzes e inspiração na atuação da desafiante missão que os presbíteros desempenham no mundo inteiro como realização do projeto da vida sacerdotal que a eles foi confiado através da Ordem sacra (TUTAS, 2015, p. 505).

O *Tratado Sobre o Sacerdócio* versa sobre a grande responsabilidade dos ministros sagrados, mas aqui, nos importa aquilo que Gregório traz nos livros III a V desta obra. Aí está o cerne das considerações trazidas pelo “boca de ouro”, sobre o ministério pastoral na vida presbiteral.

Na visão de Crisóstomo, o sacerdócio é de caráter e instituição divina, embora seja exercido por homens nesta terra, é o próprio Espírito

Santo que instituiu tal função. O “boca de ouro” considera o sacerdócio uma graça tão sublime, que admite que essa, deveria ser reservada aos anjos. No entanto, Deus escolheu homens de carne e sangue para tão sublime ministério. O que exige dos homens a pureza dos anjos, uma vez que receberam tamanho dom.

Talvez mesmo as instituições de antes do tempo da graça já tenham incutido temor e tremor, assim como as campanhas, as pedrarias e anéis no peitoral e nos ombros, o “efod” e o Santuário em seu silêncio. Examinando, porém, o que a graça nos trouxe, constatamos que tudo isso perde de importância verificando-se, também nisso, o que Paulo dissera sobre a Lei: “E diante desta glória eminente, o esplendor do primeiro ministério já não é mais glória”. II Cor. 3, 10 (CRISÓSTOMO III, 4).

O sacerdote para Crisóstomo é alvo do imenso amor de Deus para com os homens, pois faz descer sobre o altar, com suas próprias mãos e as palavras do Senhor. Sobre o ato da consagração diz-nos: “Quem está sentado ao lado do Pai nas alturas, naquela hora, é tocado pelas mãos de todos” (CRISÓSTOMO III, 4).

Assim o ministério pastoral constitui uma graça extraordinária legada a homens que recebem o beneplácito, de ter entre as mãos, o próprio corpo do Senhor, oferecido de maneira incruenta; um serviço angelical, exercido por mãos humanas. É bem verdade, que embora a santidade do presbítero, seja importante para o crédito de suas obras, a graça independe desse, pois o próprio Senhor, quis confiar aos homens a tarefa de santificar e pastorear o seu povo.

Por isso, o presbítero é aquele, que vivendo no mundo está encarregado de distribuir a graça para a salvação das almas. São eles quem pelo poder divino ligam e desligam as almas ao céu. Dessa maneira, o Senhor também os constituiu juízes entre os homens e Deus, tamanha a graça

que se encerra no dom da vocação sacerdotal, ser entre os homens e Deus, pontífice das coisas sagradas, confiadas a fraqueza humana e sustentadas pela graça divina.

Se alguém tomar em consideração a graça extraordinária de que um homem composto de corpo e sangue pode aproximar-se tão intimamente daquele ser santo e puro, deverá convencer-se da honrosa e alta dignidade que a graça do Espírito Santo confere aos sacerdotes. É por intermédio deles que o sacrifício se realiza e são distribuídas graças para a nossa salvação eterna. São homens que vivem neste mundo e nele encontram sua ocupação, a quem se confiou a administração de tesouros celestiais dando-lhes, com isto, poderes que Deus não conferiu nem a anjos nem a arcanjos. Pois é a estes que foi dito: “Tudo que ligardes na terra terá sido ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra, terá sido desligado no céu” (Mt 18,18) (CRISÓSTOMO III, 5).

Dessa maneira, podemos dizer que na visão deste grande Padre oriental, o ministério pastoral carrega em si, um dom sobrenatural que ultrapassa os limites da razão humana. Isso está expresso na relação que o próprio Crisóstomo estabelece entre o sacerdócio e o serviço dos anjos que assistem à liturgia celeste. No entanto, o poder de fazer descer sobre o altar o corpo e o sangue do Senhor, foi reservado a natureza humana.

A obra Sobre o Sacerdócio surge para suscitar uma reflexão mais profunda, sobre a vida interior e a índole dos candidatos à ordem presbital, uma vez que as disputas por cargos e o carreirismo cresciam no interior da Igreja de Cristo, sobre isso, diz-nos Tutas,

Como critério de discernimento não havia mais a sensibilidade pela vida espiritual do novo candidato: “a pessoa realmente apta, porém, não é nem questionada, porque todos se omitem a considerar apenas as qualidades da alma”. Ele observa a ausência de um critério básico nas indicações de principais cargos eclesiais, e isso gera escolhas incompatíveis com as funções a serem assumidas e desenvolvidas na Igreja, o que significa que as eleições acabam sendo realizadas segundo as conveniências dos eleitores, e não levando em consideração a competência dos candidatos (TUTAS, 2015, p. 507).

Sendo assim, o grande bispo e pregador de Constantinopla, oferece uma profunda e pertinente reflexão teológica, sobre o profundo significado da graça concedida aos homens, ao permitir que estes exerçam o ministério sacerdotal, no governo e instrução do povo às verdades eternas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi apontado, a reflexão sobre a graça na vida sacerdotal ocupa sua relevância teológica pelo fato de compreendermos a ação da graça na vida da Igreja, agindo em seus ministros e através deles.

Sendo assim, a vida na graça é um dos temas que permearam os debates teológicos durante séculos na história da Igreja, como vimos, o agir gracioso de Deus para com o homem, discutido e pensado desde a criação até as elaborações mais sofisticadas destes grandes teólogos do

período patrístico.

Sob olhar da Teologia patrística, as contribuições são fundamentais sobre o tema da graça. Gregório de Nissa assumindo a visão de São João, acredita na graça como plena realização da imagem e semelhança, selo da Trindade no homem. E, com Santo Agostinho, encontramos a graça em oposição ao pecado que turva a liberdade humana e o impede de assumir, o Bem como caminho, por isso, em Cristo através da regeneração batismal, o homem é reconduzido à vida da graça e pode tornar-se justo, mas deverá contribuir para sua salvação, através das boas obras.

No que tange ao aspecto da graça na vida do presbítero, tema que ocupou espaço na Patrística com os grandes Crisóstomo e Gregório, e a profunda reflexão sobre a natureza e a dignidade do sacerdócio, a graça do sacramento da Ordem, dom do Espírito legado aos homens. Seu pensamento permeia os documentos conciliares, que abordam o sacerdócio comum e ministerial, a formação e a espiritualidade dos presbíteros, numa Igreja que vive da graça.

Ao longo de nosso artigo, buscamos oferecer alguns pontos sobre a Teologia da Graça que, como sabemos, é ampla e profundamente discutida, em diversos momentos da história. Aqui, no entanto, buscamos duas fontes fortes da reflexão sobre a graça, nos Santos Padres que contribuíram para chegarmos à relação da graça com a vida do presbítero. A Escritura e a Tradição sempre se ocuparam da dignidade e sacralidade desse ministério.

Por fim, asseguramos a relevância de afirmar que a reflexão teológica sobre a graça é, e será, sempre atual, pois a vida do homem está marcada por esse profundo sinal do amor de Deus, que não nos trata conforme merecem nossas faltas, mas se derrama na vida da Igreja, através dos sacramentos, sinais visíveis de graça invisível, além dos pequenos milagres, que todos os dias vemos acontecer, quando nos abrimos a ação amorosa e gratuita de Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, SANTO. **A Graça**, I. São Paulo: Paulus, 1999.

BARROS, Wellington da Silva. **Da doutrina da graça à antropologia teológica: fundamentos, desenvolvimento, renovação e perspectivas para o pluralismo religioso**. Disponível em: https://www.academia.edu/12051936/Da_doutrina_da_Graça_à_Antropologia_Teológica. Acesso em: 27/06/2021

BENTO XVI. **Audiência Geral 1º de Julho de 2009**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/audiences/2009/documents/hf_benxviaud_20090701.html Axc Acesso em: 24/08/21

BÍBLIA – **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BINGEMER, M. C. L., FELLER, V. G. **Deus- Amor: a graça que habita em nós, Trindade e Graça II**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BOFF, Lina. **Reconciliar vida humana, ambiente e evolução: uma perspectiva da teologia da criação**. Rev. *Pistis Praxis*., Teol. Pastor., Curitiba, v. 1, n. 2, p. 317-338, jul./dez. 2009

CARLOS, Manuel de Fátima Dias. **A Espiritualidade presbiteral nas Intervenções do Papa Bento XVI, por Ocasão do Ano Sacerdotal e na Pastores Dabo Vobis**. UCP. Lisboa, 2012.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA **LUMEN GENTIUM** in :VATICANO II. Mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007.

DECRETO **PRESBYTERORUM ORDINIS** in :VATICANO II. Mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007.

DOCUMENTO DE APARECIDA (2007). 11. ed. Brasília/São Paulo: Editoras CNBB, Paulus e Paulinas, 2009.

GREGÓRIO DE NISSA, Santo. **A criação do homem; A alma e a ressurreição; A grande catequese**. Tradução Bento Silva Santos. (Coleção "Patrística"). São Paulo: Paulus, 2011.

GREGÓRIO MAGNO. **Regra pastoral**. São Paulo: Paulus, 2010.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. **A identidade presbiteral depois do Vaticano II**. Dossiê: Concílio Vaticano II: 50 anos. Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1090-1112, dez. 2011.

JOÃO CRISÓSTOMO. **Sobre o Sacerdócio**. Disponível em: <http://www.cristianismo.org.br/sacerdotio-1.htm> Acesso em: 21/10/21

LIMBERGER, Anselmo Matias. **O presbítero a partir do Documento de Aparecida**. Encontros Teológicos nº 60. Ano 26, nº3, 2011, p. 81-94.

PEREIRA, Reginaldo. **Igreja Povo de Deus: o Sacerdócio comum dos fiéis na vida da Igreja**. Encontros Teológicos nº 53. Ano 24, nº2, 2009.

PIRATELI, Marcos Roberto; PEREIRA MELO, José Joaquim. **Definições de livre arbítrio e graça em Agostinho de Hipona: subsídios para a moral na antiguidade cristã**. Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais. Universidade Estadual de Maringá. Setembro, 2011.

SAYÉS, José Antonio. **La gracia de Cristo**. Madrid: B.A.C, 1993.

STADELMANN, Luis I. J. **Ministério presbiteral na Igreja**. Encontros Teológicos nº 60. Ano 26, nº3, 2011, p. 31-44.

TUTAS, Maria Rodica. **São João Crisóstomo e São Gregório Magno: uma fonte de inspiração para a vida pastoral**. *ATeo*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 51, p. 500-528, set./dez.2015.